

HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

Estudo Técnico Preliminar 15/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 60550.025397/2025-12

2. Descrição da necessidade

2. O Hospital das Forças Armadas (HFA), por se tratar de edificação antiga e de elevada complexidade assistencial, apresenta fatores que aumentam o risco potencial de ocorrência de incêndios em suas dependências. Em ambiente hospitalar, eventos dessa natureza podem resultar em graves consequências, como risco à vida de pacientes, profissionais e visitantes, perdas significativas de bens materiais, interrupção de serviços essenciais e danos à imagem institucional, comprometendo a continuidade da atividade-fim da unidade. O aumento da demanda assistencial por militares e seus dependentes, aliado ao intenso fluxo diário de pessoas, reforça a necessidade de adoção de medidas permanentes de prevenção, controle e resposta a emergências.

2.1 A contratação de brigada de incêndio e pânico encontra respaldo nas normas e legislações vigentes de segurança contra incêndio, notadamente a Norma Regulamentadora nº 23 (NR-23), a ABNT NBR 14276:2020, a Lei nº 2.747/2001 (DF), as Normas Técnicas do CBMDF, em especial a NT nº 001/2002-CBMDF e a NT nº 007/2011-CBMDF, bem como a Lei Federal nº 11.901/2009, que regulamenta a profissão de Bombeiro Civil, constituindo base legal e normativa suficiente para a implantação e manutenção de brigada de incêndio e pânico em edificações hospitalares.

2.2 - A Administração tem por objetivo assegurar a ocupação de postos de grande relevância estratégica para a prevenção e o combate a incêndios, bem como para a atuação inicial em situações de emergência e pânico, incluindo o apoio à evacuação segura de pessoas, o acionamento dos sistemas de emergência e a preservação da integridade física dos usuários e do patrimônio do Hospital das Forças Armadas (HFA).

2.3 - O referido serviço de brigada de incêndio e pânico já vem sendo prestado ao HFA por empresa terceirizada. Contudo, o contrato vigente, prorrogado por intermédio do Termo Aditivo nº 12/2025, encontra-se em sua vigência final, sem possibilidade de nova prorrogação, com término previsto para 1º de abril de 2026. Dessa forma, torna-se imprescindível a instauração de novo processo licitatório, a fim de garantir a continuidade do serviço, considerando que o HFA não dispõe de recursos humanos especializados em seu quadro de pessoal para a execução dessas atividades. Ressalte-se que a brigada de incêndio e pânico configura serviço auxiliar essencial ao desempenho das atribuições institucionais do hospital, cuja interrupção comprometeria diretamente a continuidade e a segurança das atividades assistenciais.

2.4 - A contratação dos serviços de brigada de incêndio e pânico é respaldada pelo § 2º do art. 7º da Instrução Normativa nº 05/2017, do então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o qual autoriza a terceirização de atividades relativas a cargos extintos, conforme disposto na Lei nº 9.632/1998, quando inexistentes no quadro próprio da Administração. A contratação também se encontra em conformidade com o Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, que regulamenta a execução indireta de serviços no âmbito da Administração Pública Federal, aplicável ao caso do HFA.

2.5 - Ressalta-se que a interrupção ou descontinuidade da prestação dos serviços de brigada de incêndio e pânico poderá comprometer significativamente o funcionamento seguro do hospital, impactando negativamente a capacidade de resposta a emergências, a proteção da vida e a preservação do patrimônio público. Tal risco é agravado pelo elevado fluxo diário de pessoas nas dependências do HFA, incluindo pacientes, acompanhantes, visitantes, militares, servidores civis e colaboradores terceirizados, o que exige vigilância permanente e pronta atuação em situações de sinistro.

2.6 A exigência de que a contratada possua ou instale escritório no Distrito Federal justifica-se pela natureza dos serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, executados em ambiente hospitalar de alta criticidade, os quais demandam resposta imediata a ocorrências, substituição célere de profissionais e supervisão permanente, sendo a presença local essencial para mitigar riscos operacionais, evitar descontinuidade na prestação dos serviços e assegurar a eficiência, a segurança e a adequada fiscalização da execução contratual.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Divisão de Perícias, Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho	ALEXANDRE JOSÉ OLIVEIRA DE OMENA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.I Os serviços de prevenção e combate a incêndio deverão ser executados 24 (vinte e quatro) horas por dia, de acordo com o que determina a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e a Convenção Coletiva de Trabalho - CCT, em vigor, celebrada entre o Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário e Serviços Terceirizáveis do DF - SEAC/DF e o Sindicato dos Trabalhadores Bombeiros Profissionais do DF - SINDBOMBEIROS/DF, homologada pela Delegacia Regional do Trabalho/Ministério do Trabalho e Emprego (DRT/MTE), bem como as normas estabelecidas pelo CBMDF.

4.II A licitante deverá comprovar aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da contratação, mediante apresentação de atestados de capacidade técnica, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, nos termos do art. 67, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

4.III Para fins de atendimento à complexidade do objeto, será exigida a comprovação de experiência mínima de 03 (três) anos na prestação de serviços de Brigada de Incêndio em ambiente hospitalar, considerando-se a natureza crítica das atividades desenvolvidas, a presença contínua de pacientes, inclusive em estado grave, a existência de áreas assistenciais sensíveis e a necessidade de atuação integrada aos Planos de Prevenção e Proteção Contra Incêndio e Pânico (PPCI) e aos protocolos operacionais do Hospital das Forças Armadas (HFA).

4.IV A exigência ora estabelecida é proporcional, razoável e indispensável à garantia da adequada execução contratual, em consonância com os princípios da eficiência, segurança, interesse público e seleção da proposta mais vantajosa, previstos no art. 11 da Lei nº 14.133/2021, não configurando restrição indevida à competitividade do certame.

04. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

04.1) A CONTRATADA deverá atender às normas e portarias sobre segurança no trabalho e providenciar os seguros exigidos por lei, na condição de única responsável por acidentes e danos que eventualmente causar a pessoas físicas ou jurídicas, direta ou indiretamente envolvidas nos serviços contratados.

04.2) A CONTRATADA deverá também se responsabilizar pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor, particularmente no que se refere aos profissionais alocados para a prestação dos serviços contratados.

04.3) Correrão às expensas da CONTRATADA o asseio, guarda e conservação dos materiais e equipamentos cedidos pela CONTRATANTE para uso estrito do cumprimento do Contrato;

04.4) Fica sob a inteira responsabilidade da CONTRATADA, o pagamento e o ônus relativo a taxas, tributos, contribuições sociais, indenização trabalhista, auxílio-alimentação ou refeição, vale-transporte e outros encargos previstos em lei, incidentes ou decorrentes do Contrato de Trabalho.

04.5) A CONTRATADA deverá atender às normas e portarias sobre segurança no trabalho e providenciar os seguros exigidos por lei, na condição de única responsável por acidentes e danos que eventualmente causar a pessoas físicas ou jurídicas, direta ou indiretamente envolvidas nos serviços contratados.

04.6) A CONTRATADA deverá também se responsabilizar pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor, particularmente no que se refere aos profissionais alocados para a prestação dos serviços contratados.

04.6.1.) A contratada deverá fornecer aos empregados os uniformes, nos termos da Cláusula Quinquagésima Terceira, bem como promover o controle de frequência dos funcionários, conforme disposto na Cláusula Quadragésima Sétima, ambas da Convenção Coletiva de Trabalho 2026/2027, registrada no MTE sob o nº DF000032/2026, vinculada ao Processo nº 19964.200220/2026-19

"CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - VESTIMENTAS

Aos Bombeiros Cíveis, fiscais e demais empregados que sejam obrigados ao uso de uniforme, serão fornecidos, anualmente, e mediante recibo em 02 (duas) vias, sendo uma para o empregador e outra para o empregado, 02 (dois) pares de meia, 02 (duas) camisetas, 02 (duas) calças, 02 (duas) gandas 01 (um) par de coturnos, 01 (uma) japona e 01 (um) cinto, sem ônus ao trabalhador conforme art. 6º, parágrafo I, Lei 11.901/09."

04.6.1.1. Dos Uniformes:

04.6.1.1.1. Os uniformes deverão ser entregues aos empregados da CONTRATADA mediante recibo (relação nominal), cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser entregue à Fiscalização dos serviços;

04.6.1.1.2. Os custos com os uniformes não poderão ser descontados dos empregados da CONTRATADA;

04.6.1.1.3. A CONTRATADA deverá substituir os uniformes semestralmente, ou em prazo inferior, quando não atenderem as condições mínimas de apresentação;

04.6.1.1.4. A CONTRATADA deverá entregar os uniformes no tamanho correspondente ao do empregado, devendo realizar os ajustes, se necessário, sem custo para o empregado;

04.6.1.1.5. Todos os uniformes deverão ser submetidos previamente à aprovação da CONTRATANTE, sendo os primeiros entregues em até 5 (cinco) dias, contados da data de assinatura do contrato, resguardado o direito de a CONTRATANTE exigir, a qualquer momento, a substituição daqueles que não atendam às condições mínimas de apresentação e especificações constantes deste item;

Item	Material / Peça	Unidade	Quantidade por Empregado	Especificação Técnica (Padrão CATMAT/CATSER)
1	Meia operacional	Par	02	Meia operacional para uso profissional, confeccionada em material resistente, com elasticidade adequada, conforto térmico e absorção de suor, apropriada para uso com coturno de segurança.
2	Camiseta operacional	Unidade	02	Camiseta operacional para brigadista de incêndio, confeccionada em malha resistente, mangas curtas ou longas, cor padronizada, com identificação funcional "BRIGADISTA" ou "BRIGADA DE INCÊNDIO", conforme padrões do CBMDF.
3	Calça operacional	Unidade	02	Calça operacional para brigadista de incêndio, confeccionada em tecido resistente (brim, sarja ou equivalente), com costuras reforçadas, bolsos funcionais, modelagem que permita mobilidade, adequada ao uso em atividades operacionais.
4	Gandola operacional	Unidade	02	Gandola operacional para brigadista de incêndio, confeccionada em tecido resistente, manga longa, fechamento frontal por botões ou zíper, bolsos funcionais, identificação funcional visível, adequada às atividades de brigada.
5	Coturno de segurança	Par	01	Coturno de segurança para brigadista, confeccionado em couro ou material equivalente, cano médio ou alto, solado antiderrapante e resistente a óleo, fechamento por cadarço ou sistema equivalente, adequado ao uso operacional contínuo.
6	Japona operacional	Unidade	01	Japona operacional para brigadista de incêndio, confeccionada em tecido resistente e retardante à chama (brim pesado, sarja especial, algodão tratado ou equivalente), manga longa, fechamento frontal seguro, faixas retrorrefletivas de alta visibilidade, identificação funcional, conforme Normas Técnicas do CBMDF.
7	Cinto operacional	Unidade	01	Cinto operacional para uso profissional, confeccionado em material resistente, com fivela reforçada, adequado para sustentação do uniforme e acessórios leves.

Item	Denominação do Material	Unidade	Quantidade Anual	Especificação Técnica (Padrão CATMAT/CATSER)
1	Capacete de bombeiro – combate a incêndio	Unidade	10	Capacete para combate a incêndio, confeccionado em material resistente a altas temperaturas, com suspensão interna ajustável, jugular com sistema de fixação, indicado para proteção da cabeça contra impactos e calor.
2	Capacete de segurança	Unidade	20	Capacete de segurança para proteção da cabeça contra impactos e choques mecânicos, fabricado em material termoplástico de alta resistência ou equivalente, com suspensão interna ajustável.
3	Capa de chuva	Unidade	20	Capa de chuva impermeável para uso profissional, confeccionada em material sintético resistente à água, com costuras seladas, capuz ajustável, indicada para atividades externas.
4	Protetor auricular tipo concha	Unidade	05	Protetor auricular tipo concha, EPI para proteção auditiva, com atenuação de ruído conforme normas aplicáveis, haste ajustável e almofadas acolchoadas.
5	Máscara cirúrgica descartável	Caixa (50 unid.)	12	Máscara cirúrgica descartável em TNT 60 g/m², tripla camada, com clipe nasal e tiras elásticas, acondicionada em caixa com 50 unidades.
6	Luva de procedimento em látex	Caixa (100 unid.)	12	Luva descartável para procedimento, confeccionada em látex natural, ambidestra, não estéril, indicada para atividades de apoio e atendimento inicial.
7	Luva de vaqueta	Pares	40	Luva de proteção confeccionada em vaqueta, modelo engenheiro, com dorso em peça única ou lona de algodão, com elástico para ajuste no punho, indicada para riscos mecânicos.

8	Luva de aproximação	Pares	20	luva de proteção térmica e mecânica para uso em combate a incêndio estrutural e florestal, confeccionada em malha de aramida com reforços em couro e barreira de umidade, atendendo à norma EN 659:2003+A1:2008 e demais requisitos de desempenho térmico e mecânico exigidos para EPs de combate a incêndio. Deve possuir Certificado de Aprovação (CA) válido e marcações indelévels conforme exigências legais. Materiais, camadas, reforços e ensaios devem ser descritos no desenho técnico ou nas cláusulas do Termo de Referência.
9	Óculos de proteção para brigadista	Unidade	20	Óculos de proteção individual tipo fechado ou goggle, com proteção lateral total, lente transparente em policarbonato, tratamento anti-embaçante e anti-risco, compatível com uso de capacete.
10	Joelheira de proteção	Unidade	20	Joelheira de proteção com sistema de absorção de impactos em material de baixa densidade e couraça em polímero de alta resistência, com fixação ajustável.
11	Roupa de aproximação e combate a incêndio	Unidade	10	Conjunto de vestimenta de proteção anti-chamas para combate a incêndio, composto por calça, casaco, balaclava, luvas e botas, confeccionado em material resistente ao calor, chamas e abrasão, indicado para atividades de aproximação e combate a incêndio. O casaco deverá conter, na parte posterior, a inscrição "BRIGADISTA CIVIL / HFA".

Item	Descrição do Material de Consumo	Unidade	Quantidade
1	COMPRESSAS DE GAZE - MATERIAL: Compressa de gaze 7,5 x 7,5 cm - CARACTERÍSTICA(S): 11 fios estéreis c/10 unid.	pct	48
2	COMPRESSAS DE GAZE ESTERELIZADOS - MATERIAL: Compressa para curativo cirúrgico 13 fios, 10 cm X 15 cm - com 500 unidades	pct	60
3	ATADURAS DE CREPE Tamanho: 10cmx1,8m - pacote com 5 unidades de cada tamanho - MATERIAL: Crepom	pct	12
4	ATADURAS DE CREPE Tamanho: 15 cm x 1,8 m - pacote com 5 unidades de cada tamanho - MATERIAL: Crepom	pct	12
5	ATADURAS DE CREPE Tamanho: 20 cm x 1,8 m - pacote com 5 unidades de cada tamanho - MATERIAL: Crepom	pct	12
6	PLÁSTICO PROTETOR DE QUEIMADURAS E VISCERAÇÕES - MATERIAL: Confeccionado em polietileno de baixa densidade, atóxico, transparente, 90 cm x 1,20 m	un	10
7	FRASCO DE SORO FISIOLÓGICO - MATERIAL: Solução Fisiológica de Cloreto de sódio 0.9%, 250 ml	un	24
8	BANDAGENS TRIANGULARES - MATERIAL: Produzida em algodão cru em forma triangular. Tamanho – P	un	10
9	BANDAGENS TRIANGULARES - MATERIAL: Produzida em algodão cru em forma triangular. Tamanho – M	un	10

10	BANDAGENS TRIANGULARES - MATERIAL: Produzida em algodão cru em forma triangular. Tamanho – G	un	10
11	FITA ADESIVA (CREPE) - 15 mm x 50 mm	un	24
12	ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO 70° INPM - MATERIAL: Álcool 70%	lt	12

Item	Descrição de equipamentos	Unidade	Quantidade
01	ESCADA DOBRÁVEL EM ALUMÍNIO DOBRÁVEL, 6 DEGRAUS *	un	02
02	SISTEMA DE COMUNICAÇÃO MÓVEL (CELULAR OU RÁDIO), rádio comunicador bidirecional para empresas 8 canais 48 frequências com 2 baterias, antena, clip de cinto, carregador de mesa bi-volt. Referência: sistema Nextel.	un	08
03	PÉ DE CABRA - MATERIAL: Pé-de-cabra de aço 3/4 x 60 cm	un	02
04	ALAVANCA DE 1,50 - MATERIAL: Alavanca de aço 1,50 m x 28 mm	un	02
05	KIT DE CHAVES DE FENDA - MATERIAL: Aço - CARACTERÍSTICA(S): Chaves de fenda 5/16 x 14, 3/16 x 12, 5/16 x 10, 3/16 x 8 *	un	02
06	KIT DE CHAVES DE BOCA - MATERIAL: Aço - CARACTERÍSTICA(S): Chaves de boca ns. 6, 8, 12, 13, 14, 16, 19 e 22	un	02
07	LANTERNA alcance 45 metros, mínimo 140 lumens, 3 modos de iluminação (alto /econômico e SOS) alimentação por pilhas 2 AAA, anti-explosivas. Autonomia 1 h e 30 min de uso contínuo.	un	06
08	ALICATE UNIVERSAL - MATERIAL: Fabricado em aço cromo- vanádio, com cabo antideslizante com abas protetoras.	un	02
09	ALICATE CORTA FIO - CARACTERÍSTICA(S): Descascador e cortador de fio profissional com ajustes de corte e pressão	un	01
10	FITA ZEBRADA - CARACTERÍSTICA(S): Fita Zebrada 70 mm x 200 mm Preto com Amarelo	un	20
11	TALA MOLDÁVEL GRANDE - MATERIAL: Talas reguláveis para imobilização tipo EVA *	un	02
12	TALA MOLDÁVEL PEQUENA - MATERIAL: Talas reguláveis para imobilização tipo EVA *	un	02
13	TALA MOLDÁVEL MÉDIA - MATERIAL: Talas reguláveis para imobilização tipo EVA *	un	02

14	PRANCHA LONGA EM POLIPROPILENO *	un	02
15	IMOBILIZADOR DE CABEÇA *	un	02
16	CINTO ARANHA *	un	02
17	MÁSCARA PARA RESPIRAÇÃO CARDIO PULMONAR – POCKET MASK *	un	40
18	COLAR CERVICAL STIFNECK REGULAR DIVERSOS TAMANHOS – LAERDAL *	un	04
19	AMBÚ - Equipamento de resgate e uso hospitalar/ambulatorial de fácil uso e esterilização. Infantil: 500 ml *	un	02
20	AMBÚ - Equipamento de resgate e uso hospitalar/ambulatorial de fácil uso e esterilização. Adulto: 1600 ml *	un	02
21	TESOURA DE PONTA ROMBA PEQUENA - MATERIAL: Aço *	un	04
22	DEA – Desfibrilador Externo Automático.	un	01
23	Maca móvel articulada de resgate.	un	01
24	Bolsa de resgate p/ atendimento a acidentes de trauma.	un	01
25	Bolsa de sinais vitais.	un	01
26	OXÍMETRO DE PULSO DE DEDO *	un	02
27	AFERIDOR DE PRESSÃO - CARACTERÍSTICA(S): Aferidor de pressão digital automático de pulso - Com classificação de pressão e sensor de arritmia.	un	02
28	Aparelho manual analógico esfigmomanômetro e estetoscópico pra pressão arterial.	un	02
29	TERMÔMETRO DIGITAL.	un	02
30	Cadeira de rodas (120 kg).	un	02
31	Armário de aço de materiais de primeiros socorros.	un	01

04.6.2) Em complemento ao item 5.4 do TR nº 34/2026, que trata da disponibilização de materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, e com vistas a assegurar a adequada formação de preços, transparência e equilíbrio econômico-financeiro da contratação, estabelece-se a seguinte classificação quanto à natureza, periodicidade e vida útil dos itens:

Descrição do Equipamento /Material	Classificação	Unidade de Fornecimento	Quantidade Estimada	Periodicidade de Reposição	Vida Útil Estimada	Critério de Depreciação	Responsabilidade
Sistema de Comunicação Móvel (rádio comunicador bidirecional, mínimo 8 canais, 48 frequências, com 2 baterias, antena, clip de cinto e carregador bivolt, ou equivalente)	Permanente	Unidade	Conforme dimensionamento operacional	Sob demanda (em caso de falha, desgaste ou obsolescência)	24 meses	Depreciação linear, considerando uso contínuo em ambiente hospitalar e desgaste operacional	Contratada
Lanterna operacional portátil (mínimo 140 lumens, alcance de 45 metros, 3 modos de operação, alimentação por pilhas AAA, característica anti-explosiva)	Permanente	Unidade	Conforme dimensionamento operacional	Sob demanda (em caso de falha, desgaste ou perda de eficiência luminosa)	12 meses	Depreciação linear, considerando uso contínuo e exposição a condições operacionais adversas	Contratada

04.7) Correrão às expensas da CONTRATADA o asseio, guarda e conservação dos materiais e equipamentos cedidos pela CONTRATANTE para uso estrito do cumprimento do Contrato;

04.8) Os salários mínimos vigentes (pisos salariais) dos profissionais dos Postos de Brigada de incêndio deverão ser fixados tomando-se por parâmetro aqueles dispostos na CCT, em vigor, celebrada entre o SEAC/DF e o SINDBOMBEIROS/DF.

04.9) Da Comprovação da Formação Profissional e Requisitos para Desempenho dos Serviços:

04.10) Os profissionais dos Postos de Serviços contratados devem ter comprovadamente a formação mínima exigida para o exercício da atividade e preenchimento dos Postos, bem como ser credenciado junto ao CBMDF, conforme estabelecido na Lei nº 11.901, de 2009, Norma Técnica nº 007/2011 - CBMDF e demais normas que venham a estabelecer exigências de formação.

04.11) A escolaridade e certificados, quando exigíveis de cada profissional, deverão ser comprovados mediante a apresentação de diploma ou certificado emitido por instituição de ensino legalmente credenciada pelo Ministério da Educação - ME ou órgãos competentes.

04.12) Supervisor de Brigada: Possuir certificado de conclusão do ensino médio;

04.13) Ter formação ou especialização em prevenção e combate a incêndios, salvamento e primeiros socorros, com carga horária mínima de 600 (seiscentas) horas/aula, em cursos compatíveis com a função de Supervisor de Brigada, ministrados por instituição devidamente reconhecida, em conformidade com a Norma Técnica nº 007/2011 – CBMDF, e respectivos anexos;

04.14) Estar devidamente credenciado junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF), nos termos da Norma Técnica nº 006/2010 – CBMDF, ou outra que venha a substituí-la;

04.15) Possuir curso de reciclagem dentro do prazo de validade, conforme periodicidade e critérios estabelecidos pelas normas técnicas do CBMDF;

04.16) Ter sido aprovado em exames de saúde ocupacional e de aptidão psicológica, compatíveis com as atribuições do cargo, conforme a legislação trabalhista vigente e exigências normativas aplicáveis.

04.17) Chefe de Brigada: Possuir certificado de conclusão do ensino médio;

04.18) Ter formação ou especialização em prevenção e combate a incêndios, salvamento e primeiros socorros, em cursos com carga horária superior a 1000 (mil) horas/aula, conforme Anexo "C" da Norma Técnica nº 007/2011 - CBMDF.

04.19) Estar credenciado no CBMDF, nos termos da Norma Técnica nº 006/2010 - CBMDF.

04.20) Curso de reciclagem dentro da validade.

04.21) Ter sido aprovado em exames de saúde e de aptidão psicológica;

04.22) Bombeiro Civil: Possuir certificado de conclusão de ensino fundamental;

04.23) Ter formação ou especialização em combate a incêndios, salvamento e primeiros socorros, com curso de carga horária superior a 150(cento e cinquenta) horas/aula conforme o anexo "C" da Norma Técnica nº 007/2011 CBMDF.

04.24) Estar credenciado no CBMDF, nos termos da norma técnica nº 006/2010 - CBMDF

04.25) Curso de Reciclagem dentro de validade.

04.26) No preço proposto já deverão constar todos os custos necessários para o cumprimento do objeto de licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado.

04.27) Cumprir as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, ficando sujeita, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de quaisquer de suas disposições;

04.28) Manter durante a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital e seus Anexos;

04.29) Executar os serviços conforme especificações do Edital e seus Anexos e de sua proposta, com a alocação dos profissionais dos Postos de Brigada de Incêndio e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários;

04.30) Recrutar, selecionar em seu nome, sob sua responsabilidade e vínculo empregatício e encaminhar à CONTRATANTE os profissionais necessários à realização dos serviços, de acordo com o quantitativo e com a qualificação definida no Edital e seus Anexos, necessários à perfeita execução dos serviços;

04.31) Não alocar para os Postos de Brigada de Incêndio, profissionais que sejam cônjuge ou companheiro(a) ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o 3º (terceiro) grau, dos servidores da CONTRATANTE, consoante o disposto no Decreto nº 7.203, de 4 de junho de 2010;

04.32) Manter disponibilidade de profissionais dos Postos de Brigada de Incêndio, dentro dos padrões desejados, para garantir a execução dos serviços contratados, sem interrupção, seja por motivo de férias, licença de qualquer tipo, falta ao serviço, interrupção no cumprimento da carga horária ou de alguma solicitação, dispensa, suspensão, demissão e outros, obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente;

04.32.1) Na hipótese de ausências temporárias dos profissionais alocados aos Postos de Brigada de Incêndio, decorrentes de férias, licenças, faltas ao serviço, dispensas, suspensões ou situações congêneres, a cobertura inicial deverá ser realizada, prioritariamente, por profissionais da própria equipe interna da CONTRATADA, devidamente habilitados e aptos ao exercício da função, assegurada a manutenção do nível de serviço contratado. Persistindo a necessidade, a CONTRATADA deverá providenciar, de forma complementar, a substituição por profissionais externos, igualmente qualificados e em conformidade com as exigências contratuais e normativas aplicáveis, sem prejuízo da continuidade e da qualidade dos serviços.

04.32.2) A cobertura das ausências temporárias dos profissionais alocados aos Postos de Brigada de Incêndio, decorrentes de férias, licenças legais ou médicas, faltas ao serviço, suspensões, afastamentos previdenciários, dispensas ou outras situações similares, deverá ser garantida pela CONTRATADA por meio de planejamento prévio de escalas, remanejamento interno ou alocação de profissionais substitutos devidamente habilitados e credenciados, observadas as jornadas de trabalho legalmente admitidas e a Convenção Coletiva de Trabalho da categoria, de modo a assegurar a execução contínua e ininterrupta dos serviços contratados, não se limitando às hipóteses de troca de plantão previstas no art. 59-B da CLT.

04.32.3) A CONTRATADA deverá manter, durante toda a vigência contratual, ao menos um profissional de referência operacional, integrante do seu quadro funcional, com experiência comprovada na estrutura física, nos sistemas de proteção contra incêndio e pânico e nos procedimentos operacionais da CONTRATANTE, competindo-lhe apoiar a integração, orientação e acompanhamento dos profissionais substitutos, especialmente nos períodos de férias, licenças ou afastamentos, garantindo a manutenção do padrão técnico, da segurança operacional e da continuidade dos serviços, sem prejuízo da observância das jornadas de trabalho previstas na legislação trabalhista e na Convenção Coletiva da categoria.

04.33) Manter brigadistas durante 24 (vinte e quatro) horas para a execução dos serviços contratados;

04.34) Manter os profissionais dos Postos de Brigada de Incêndio nos horários predeterminados pela CONTRATANTE e apresentar mensalmente à Fiscalização do Contrato a escala de trabalho desses profissionais;

04.35) Não permitir que o profissional do Posto de brigada de incêndio designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente (dobra), bem como sua alocação em outros Postos alheios aos contratados, de forma a respeitar a jornada de trabalho de 12hx36h;

04.36) Respeitar rigorosamente o período de descanso de 36 (trinta e seis) horas dos Brigadistas, com vista a assegurar a integridade física e psicológica desses profissionais;

04.37) Controlar a frequência, a assiduidade e a pontualidade dos profissionais dos Postos de Brigada de Incêndio e apresentar mensalmente relatórios de frequência, abatendo faltas e atrasos por ocasião da elaboração da Nota Fiscal/Fatura;

04.38) Encaminhar à Fiscalização do Contrato, com antecedência de 30 (trinta) dias, relação dos profissionais dos Postos de Brigada de Incêndio que usufruirão férias no período subsequente, observada a necessidade de serviços contratados;

04.39) Manter os profissionais dos Postos de Brigada de Incêndio, quando em serviço, uniformizados, paramentados e com a identificação, de uso obrigatório, além de provê-los com EPI's, quando for o caso;

04.40) Manter os profissionais alocados aos Postos de Brigada de Incêndio permanentemente aptos ao exercício das atividades contratadas, tanto no que se refere à apresentação pessoal quanto às condições físicas e psicológicas, observadas as normas de segurança do trabalho e os procedimentos operacionais vigentes.

04.40.1) No aspecto da apresentação pessoal, os profissionais deverão apresentar condições adequadas de higiene e utilização correta dos equipamentos de proteção individual compatíveis com as atividades de prevenção e combate a incêndio, devendo, quando aplicável, manter cabelos médios ou longos devidamente presos, de forma a não comprometer a segurança operacional, o uso de EPIs, nem a execução dos procedimentos previstos no Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio (PPCI).

04.40.2) No aspecto físico e psicológico, os profissionais deverão apresentar aptidão compatível com as atribuições do posto, devidamente comprovada na forma da legislação e das normas aplicáveis, ficando resguardado à CONTRATANTE o direito de solicitar a substituição de qualquer profissional que, de forma motivada e devidamente justificada, seja considerado inadequado ao desempenho das atividades, sem prejuízo da continuidade dos serviços contratados.

04.41) Atender as solicitações de substituições de profissionais dos Postos de Brigada de Incêndio, quando comprovadamente inadequados para a prestação dos serviços contratados ou inconvenientes à boa ordem e às normas disciplinares da CONTRATANTE, ou que não atendam às suas necessidades, ficando vedado o retorno dos profissionais substituídos para cobertura de licenças, dispensas, suspensão, férias de outros profissionais ou por qualquer outro motivo;

04.42) Suprir e substituir, no prazo máximo de 1 (uma) hora, sempre que exigido pela CONTRATANTE, os profissionais dos Postos de Brigada de Incêndio, nas ocorrências de faltas, férias, licença médica, interrupção no cumprimento da carga horária ou de alguma solicitação de devolução de profissional, etc., independentemente dos motivos, não sendo permitida, em razão da ocorrência, a prorrogação da jornada de trabalho (dobra);

04.43) Fazer com que os profissionais dos Postos de Brigada de Incêndio cumpram rigorosamente todas as suas obrigações e boa técnica nos serviços contratados, bem como as normas internas relativas à segurança dos locais onde estes serão executados;

04.44) Fazer com que os profissionais dos Postos de Brigada de Incêndio, considerando os critérios de sustentabilidade ambiental, otimize a utilização de recursos e a redução de desperdícios, dando ênfase à racionalização de água e energia elétrica;

04.45) Instruir os profissionais dos Postos de Brigada de Incêndio a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo Contrato, devendo a CONTRATADA relatar à Fiscalização do Contrato toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

04.46) Fornecer no início da vigência do Contrato os materiais e equipamentos necessários à perfeita execução dos serviços contratados, na qualidade e quantidade especificadas no Edital.

04.45) A CONTRATADA deverá registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade dos funcionários dos postos de trabalho por meio de sistema compatível de registro de jornada ou sistema eletrônico similar, permitindo à fiscalização do HFA o acesso aos respectivos dados.

04.46) Os funcionários deverão registrar no sistema indicado no item anterior, os horários de início e término de sua jornada. Além disso, o mencionado sistema deverá permitir aferir o cumprimento da jornada semanal e mensal de cada trabalhador.

04.47) Em caso de ponto eletrônico físico, será necessária a instalação de no mínimo um ponto eletrônico, em local a ser indicado pela contratante.

04.48) Para a execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar profissionais com formação, habilidades e conhecimentos mínimos previstos na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) e nas Convenções Coletivas de Trabalho, respectivamente.

Descrição Sumária do CBO	CBO	Ocupação	Quantitativo
Supervisionam, orientam e treinam equipes de segurança; analisam projetos de segurança e adotam medidas corretivas; programam simulados de emergência; elaboram escalas de serviço; supervisionam atividades, postos de trabalho, locais e atividades de risco; investigam causas de ocorrências; sugerem medidas preventivas e corretivas; atendem clientes e coordenam planos de emergência.	5103-05	Supervisor de Brigada	01
Previnem situações de risco e executam salvamentos terrestres, aquáticos e em altura, protegendo pessoas e patrimônio contra incêndios, explosões, vazamentos, afogamentos ou outras emergências, com objetivo de salvar e resgatar vidas; prestam primeiros socorros, verificando o estado da vítima para realizar o	5171-25	Chefe da Brigada	02

procedimento adequado; realizam cursos e campanhas educativas, formando e treinando equipes, brigadas e corpo voluntário de emergência.			
Previnem situações de risco e executam salvamentos terrestres, aquáticos e em altura, protegendo pessoas e patrimônio contra incêndios, explosões, vazamentos ou outros tipos de emergência, com foco em salvar vidas; prestam primeiros socorros, avaliando o estado das vítimas para aplicar procedimento adequado; realizam cursos e campanhas educativas, formando e treinando equipes, brigadas e voluntários em emergência.	5171-10	Brigadista Civil	16

04.49) Os serviços deverão ser executados com a utilização de técnicas e rotinas adequadas, e em estrita concordância e obediência às normas técnicas vigentes, em especial os normativas do Ministério do Trabalho e do Corpo de Bombeiro Militar do Distrito Federal.

04.50) Os serviços objeto do presente certame serão executados diariamente, em horários estabelecidos de acordo com a conveniência administrativa do HFA, bem como a legislação trabalhista e a convenção coletiva da categoria.

04.50.1) Para os Estabelecimentos Assistenciais de Saúde (EAS) classificados como E-III — Atenção Terciária com Internação, as atividades de treinamento e simulado de abandono de área e evacuação devem observar, além das recomendações do *Manual de Segurança Contra Incêndio em Estabelecimentos Assistenciais de Saúde* da ANVISA, os requisitos técnicos previstos na Norma Técnica nº 07/2020-CBMDF — que estabelece critérios mínimos para dimensionamento, formação, recapitação, atribuições e formas de atuação da brigada de emergência orgânica no âmbito do Distrito Federal, em conformidade com o Regulamento de Segurança Contra Incêndio e Pânico do DF (RSIP-DF) e legislação correlata.

De acordo com essa NT, os treinamentos e os exercícios simulados deverão:

1. Ser programados sistematicamente e constar nos respectivos planos de segurança (PPCI e PEA), contemplando cenários realísticos de emergência hospitalar, incluindo evacuação horizontal e vertical, atendimento a pacientes com mobilidade reduzida e ações de suporte à evacuação, conforme o risco específico da edificação;
2. Incluir formação inicial e reciclagem periódica dos integrantes da brigada de emergência, de modo a assegurar que os procedimentos previstos no PPCI e PEA sejam conhecidos, compreendidos e executados de forma eficiente e integrada;

Em consonância com as práticas recomendadas pela ANVISA, recomenda-se que:

- Treinamentos e simulados parciais de abandono de área e evacuação sejam realizados com frequência não superior a três (3) meses;
- Simulados gerais completos — envolvendo ampla participação da brigada, equipes de saúde, serviços de apoio e, quando aplicável, colaboração do CBMDF — sejam conduzidos no mínimo duas vezes ao ano.

04.50.2) Após cada treinamento e simulado deverá ser realizada reavaliação técnica formal, com registro de resultados e evidências, abrangendo a análise da eficácia operacional, conformidade com os PPCI/PEA, comunicação interna, atuação da brigada e identificação de desvios ou não conformidades. Essas avaliações deverão subsidiar a adoção de medidas corretivas e de melhoria contínua, com ajustes nos planos, procedimentos e capacitações, de modo a garantir a segurança da vida, a proteção dos pacientes, colaboradores e usuários, a preservação do patrimônio e a conformidade com as exigências legais e normas técnicas do CBMDF e da ANVISA.

04.51) Os horários da prestação de serviço poderão sofrer alterações, de acordo com as necessidades do HFA, sendo respeitado o intervalo interjornada e intrajornada, desde que não ocorra acréscimo sobre a jornada de trabalho.

04.52) Além do atendimento aos requisitos de regularidades jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária e da qualificação econômico financeira necessárias à contratação com a Administração Pública federal, a empresa a ser contratada deverá comprovar, ainda, qualificação técnica para o atendimento da necessidade da Contratante;

04.53) Os valores relativos a férias, ao adicional constitucional de 1/3 (um terço) de férias, ao 13º (décimo terceiro) salário, às ausências legais, às verbas rescisórias e a outros encargos decorrentes de eventos futuros e incertos não integrarão os pagamentos mensais ordinários devidos à CONTRATADA, devendo ser objeto de faturamento específico, somente após a ocorrência do respectivo fato gerador e mediante a devida comprovação documental, nos termos das regras contratuais e editalícias aplicáveis.

04.53.1) O pagamento desses valores pela Administração à CONTRATADA ficará condicionado à validação pela fiscalização do contrato, observando-se, no que couber, o disposto no Anexo XI da Instrução Normativa nº 5, de 2017, que disciplina o processo de pagamento dos contratos de prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra.

04.54) Os custos estimados para a contratação foram elaborados com base nos parâmetros remuneratórios, benefícios, encargos sociais e demais condições de trabalho estabelecidos na Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2026, registrada sob o código DF000042/2025, firmada entre o Sindicato dos Trabalhadores Bombeiros Profissionais do Distrito Federal – SINDBOMBEIROS, inscrito no CNPJ nº 07.316.380/0001-17, e o respectivo sindicato patronal da categoria, devendo ser observadas, durante toda a execução contratual, as disposições nela previstas, bem como eventuais instrumentos coletivos que venham a substituí-la ou atualizá-la no período de vigência do contrato.

04.55) Pelas características do objeto e da materialidade envolvida na contratação, prazos maiores podem atrair mais concorrência, melhores preços, participação de empresas mais qualificadas para prestar o serviço, geração de estabilidade e economia pela amortização de investimentos e curva de aprendizado, incentivando a adoção de novos métodos e tecnologias, relacionamento duradouro, de parceria e confiança, reduzindo incertezas do Fornecedor e diminuindo custos processuais com renovações. Seguindo essa lógica, há jurisprudência do Tribunal de Contas da União permitindo a vigência inicial estendida, com a finalidade de obter preços e condições mais vantajosas para a Administração, como no Acórdão nº 3.320/2013-TCU-2ª Segunda Câmara, no qual se estabeleceu a relevância de considerar "o prazo de vigência de contratos de serviços contínuos deve ser estabelecido considerando-se as circunstâncias de forma objetiva, fazendo-se registrar no processo próprio o modo como interferem na decisão e quais suas consequências. Tal registro é especialmente importante quando se fizer necessário prazo inicial superior aos 12 (doze) meses entendidos como regra pelo TCU. A Equipe de Planejamento da Contratação compreende que essa regra deve ser entendida de maneira que reste claro que o prazo de vigência fixado atende à sua finalidade, que é a obtenção do melhor preço e das condições mais vantajosas para a administração. Ademais, o prazo de vigência de 60 (sessenta) meses só traz benefícios administração, visto que os procedimentos atualmente adotados para a prorrogação serão significativamente reduzidos. A AGU, já se posicionou favorável ao prazo superior a 12 (doze) meses, Orientação Normativa AGU nº 38/2011, de modo excepcional, em função da peculiaridade do objeto, desde que demonstrado tal benefício. A Orientação Normativa AGU nº 01/2009 dispõe que: "A vigência do contrato de serviço contínuo não está adstrita ao exercício financeiro". Essa Prática já é utilizada em licitações pelo próprio TCU, a exemplo do Pregão eletrônico nº 64/2015, para contratação de limpeza, que estabeleceu 30 (trinta) meses de vigência inicial. A Lei 14.133/2021 confirmou essa tendência, previu expressamente, em distintos dispositivos, a vigência inicial superior a 12 (doze) meses, dando abertura para contratos com prazo de até 5 (cinco) anos, prorrogáveis por até 10 (dez) anos.

04.56) Destarte, o prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contado da data da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

04.57) Os licitantes deverão comprovar:

04.57.1) Percentual do Fator Acidentário de Prevenção (FAP); e

04.57.2) Seguro Acidente do Trabalho (SAT) constantes na planilha de custos.

04.58 Serviço continuado;

04.59 Duração: 12 meses prorrogável.

5. Levantamento de Mercado

5. Em análise comparativa de soluções de mercado visou elencar as alternativas possíveis de atendimento à demanda considerando, além o aspecto econômico, os aspectos quantitativos e qualitativos em termos de benefícios para o alcance dos objetivos da contratação. As soluções mercadológicas disponíveis, consolidadas e amplamente utilizadas, para atendimento da demanda, são as seguintes:

5.A) Solução nº 1: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços nas áreas de gestão de mão de obra para execução de atividade ligada ao trabalho de bombeiro civil.

Vantagens:

5.A.I - Profissionais especializados: As empresas que trabalham com a oferta de mão de obra terceirizada mantêm um time de profissionais especializados, devidamente preparados para atender as demandas da empresa contratante. Quem contrata traça o perfil do profissional que necessita, e a empresa terceirizada realiza tanto a orientação quanto o treinamento adequado desse colaborador. Assim, a atuação no campo de trabalho é de excelência, desde o início das atividades;

5.A.II - Substituição facilitada: A mão de obra terceirizada é muito vantajosa para quem não pode cobrir a ausência de colaboradores, pois traz consequências a todo o processo de produção. Em situações de doença, ou mesmo de uma consulta médica agendada pelo empregado, a empresa precisa remanejar a produção para evitar prejuízos. As empresas terceirizadas, no entanto, efetuam a substituição de profissionais de maneira fácil e ágil, garantindo a manutenção da produtividade.

5.A.III - Ausência de vínculo empregatício: A mão de obra terceirizada é muito vantajosa para quem não pode cobrir a ausência de colaboradores, pois traz consequências a todo o processo de produção. Em situações de doença, ou mesmo de uma consulta médica agendada pelo empregado, a empresa precisa remanejar a produção para evitar prejuízos. As empresas terceirizadas, no entanto, efetuam a substituição de profissionais de maneira fácil e ágil, garantindo a manutenção da produtividade.

5.A.IV - Garantia do cumprimento de leis: As empresas devem se manter atentas ao cumprimento das leis, a fim de evitar transtornos para a execução das suas atividades. Para empresas que atuam em áreas específicas, é necessário seguir os protocolos e os procedimentos estabelecidos pela legislação, de maneira a se enquadrar no que a norma legal estipula. Por meio desse tipo de contratação de serviço é ainda mais prático atender às exigências legais, já que a empresa terceirizada possui o conhecimento, além de seguir todas as orientações previstas em lei para a prestação de serviços altamente especializados.

5.A.V - Redução da gastos operacionais: Ao contratar seus funcionários no regime da CLT, as empresas têm que arcar com custos operacionais elevados, especialmente no que se refere ao pagamento de salários, benefícios e encargos trabalhistas. Isso representa uma grande fatia do orçamento. Ao optar pela mão de obra terceirizada, a contratada é a responsável direta pela seleção e pelo treinamento dos profissionais, além de assumir todos os custos relacionados às obrigações trabalhistas, como a folha de pagamento e as férias remuneradas.

5.A.VI - Diminuição de riscos: Contratar mão de obra terceirizada permite que a empresa transfira os riscos relacionados à gestão das equipes à prestadora de serviço. A fornecedora assume riscos inerentes ao setor, como oscilações de mercado, questões legais, concorrência, surgimento de novas tecnologias, entre outros desafios.

Desvantagens:

5.A.VII - Comprometimento da qualidade dos serviços: Se a empresa contratada não for responsável e não investir em capacitação, pode prejudicar a qualidade dos serviços prestados.

5.A.VIII - Se a empresa que fornece mão de obra terceirizada não estiver regularizada ou desobedecer Pendências legais: às leis do setor, isso pode gerar problemas. A empresa contratante pode ser prejudicada por ações trabalhistas ou, em casos drásticos, ser autuada.

5.B) Solução nº 2: Contratação de serviços por demanda/produtividade: A contratação dos serviços por demanda, de acordo com a necessidade pontual do serviço, mostra-se inviável e improdutivo.

Vantagens:

5.B.I - Não se vislumbra vantagens neste tipo de contratação, porque haverá maiores custos para administração tendo em vista trata-se de um serviço que é permanentemente necessário, não atendendo a execução por demanda.

Desvantagens:

5.B.II - Inviável visto que a demanda apresenta-se intempestivamente, não sendo praticável a constante emissão de ordens de serviço para seu atendimento. Para contratação de tais serviços demandaria planejamento para processo licitatório que pode chegar até 120 dias, inviabilizando a execução do serviço e podendo a vir prejudicar a execução das atividades de apoio do Hospital das Forças Armadas;

5.B.III - Improdutivo visto que, devido a ausência do profissional no local para execução da demanda, a Contratada teria que encaminhar um profissional a todo instante em que o Hospital das Forças Armadas necessitar dos serviços, e este não estará habituado com as rotinas e processos da lotação, resultando em serviços prestados de forma ineficaz.

5.B.IV - A contratação dos serviços por produtividade mostra-se impraticável visto que não se pode definir critérios de produtividade objetivos, pois as variáveis dessas atividades impossibilitam estabelecer valores unitários para elas.

5.V) Solução nº 3: Preenchimento dos postos de trabalho com a criação de cargos no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

5.1 Conforme prescrito na Lei 9.632, de 7 de maio de 1988, os cargos correspondentes aos postos de trabalho que se pretende contratar foram extintos não sendo possível tal solução. Dessa forma, não há possibilidade de realizar concurso público para tal finalidade.

5.1.1. Inicialmente, é importante ressaltar que considerando as alternativas de soluções possíveis, o objeto a ser contratado não apresenta muitas soluções distintas, pois é comumente objeto de licitações no âmbito da Administração Pública. Após verificar as vantagens e desvantagens descritas acima, esta Equipe de Planejamento da Contratação - EPC indica a solução nº 1, que tem-se mostrado mais viável tecnicamente, eficaz e eficiente para atendimento específico da demanda, bem como mais célere, se o processo for executado mediante processo licitatório do próprio Hospital das Forças Armadas, ou seja, a 1ª solução - Contratação de empresa especializada em prestação de serviços nas áreas de gestão de mão de obra para execução de atividade ligada ao trabalho de bombeiro civil, para execução das atividades.

5.1.2. Com o objetivo de compreender a dinâmica do mercado, a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações, identificando possíveis e potenciais empresas e/ou fornecedores no ramo de atividade principal e/ou secundário compatíveis com o escopo da presente licitação, a Equipe de Planejamento da Contratação - EPC considerou contratações similares realizadas por outros Órgãos e entidades da Administração Pública, mediante o Portal de Compras do Governo Federal, bem como por outras organizações privadas, considerando os parâmetros previstos nos incisos I, II, III, IV e V, do art. 5º estabelecidos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021 que há uma ampla disponibilidade de empreendedores no contexto nacional e /ou internacional que possuem

capacidade técnica-operacional de atender a pretensa necessidade do Hospital das Forças Armadas.

5.1.3. Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com o objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração, e as que foram identificadas foram incorporadas à contratação em análise.

5.1.3.1. De forma a verificar quais as soluções tem sido adotadas pelos órgãos da Administração Pública, foi realizada pesquisa no site compras.gov.br do Ministério da Economia, utilizando o código CATSER 25550, objeto desta contratação, para os pregões eletrônicos realizados por UASG no âmbito do Governo Federal. O quadro abaixo, buscou compilar os resultados dessa pesquisa:

ORGÃO	UASG	PREGÃO	ETP DIGITAL
Unidade Estadual do IBGE no Distrito Federal	114629	90004/2024	ETP 5/2024
Ministério da Relações Exteriores	240013	90003/2024-004	ETP 14/2024
Superintendência Regional de Administração da 1ª Região	110161	90004/2024	54/2023
Tribunal de Contas da União	30001	58/2023	Não utilizou o ETP Digital

5.1.4. Destarte, da análise das contratações similares feitas por outros Órgãos e entidades, certifica-se que não foi identificada a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades desta Administração.

5.2. Não há necessidade da realização de consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições tendo em vista que a presente contratação de mão de obra com dedicação exclusiva, de acordo com inciso XLI do art. 6º, da Lei 14.133 de 2021, e o serviço a ser contratado não ser de grande especificidade e existir várias empresas que disponibilizam o serviço no mercado.

5.3. Não é o caso de possibilidade de compra, locação de bens ou do acesso a bens, ser avaliados os custos e os benefícios de cada opção para escolha da alternativa mais vantajosa, prospectando-se arranjos inovadores em sede de economia circular.

5.4. Não é possível considerar outras opções logísticas menos onerosas à Administração, tais como os chamamentos públicos de doação e permutas.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. O serviço de Bombeiro Civil será prestado através da unidade de medida "POSTO DE TRABALHO".

6.1.1. O serviço deverá ser prestado de 12 x 36 (doze por trinta e seis) horas semanais, com 1 (uma) hora de intervalo para refeição, ficando a critério do empregado permanecer ou não no local de serviço, devendo ser ajustado os horários de forma que não falte mão de obra durante a prestação do serviço nos postos de trabalho.

6.2. O Hospital das Forças Armadas (HFA) possui funcionamento ininterrupto, 24 (vinte e quatro) horas por dia, devendo a CONTRATADA assegurar a prestação contínua dos serviços de Brigada de Incêndio, com brigadistas atuando em regime de escala de 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de descanso (12x36), de forma a garantir a cobertura permanente das edificações, a segurança das pessoas, do patrimônio e das instalações do Hospital, cabendo ao Supervisor de Brigada de Incêndio, em jornada diária de 6 (seis) horas, a coordenação, supervisão técnica e operacional das equipes, a fiscalização das rotinas de prevenção e combate a incêndio, a orientação dos brigadistas, o acompanhamento dos planos de emergência e o apoio à Administração no cumprimento das normas de segurança contra incêndio e pânico vigentes.

6.3. Por necessidade de serviço, devidamente justificada e tempestivamente comunicada, o horário da prestação dos trabalho poderá ser alterado, levando em consideração o interesse do Hospital das Forças Armadas (HFA) e a legislação em vigor, sendo que é será permitida a execução de horas extras ou trabalhos em horário noturno que é compreendido entre 22h de um dia às 05h do dia seguinte, de acordo com a necessidade a aprovação prévia da contratante.

6.4. A contratada será responsável pelo controle de frequência, falta e atraso de seus funcionários por meio de registro eletrônico, que deverá observar as exigências constantes na Portaria nº 1.510, de 21 de agosto de 2009, do antigo Ministério do Trabalho e Emprego, que disciplina o registro eletrônico de ponto e a utilização do Sistema de Registro Eletrônico de Ponto - SREP.

6.4.1. Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de frequência não excedentes a 5 (cinco) minutos, observado o limite máximo diário de 10 (dez) minutos, como determina o art. 58, §1º, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

6.5. Não haverá previsão de pagamento de horas extras aos ocupantes dos postos de serviço, uma vez que a execução das atividades ocorrerá em regime de escala de 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de descanso (12x36), suficiente para garantir a continuidade do serviço. Eventuais necessidades de extrapolação de jornada somente poderão ocorrer por iniciativa da CONTRATADA, correndo integralmente às suas expensas, não gerando qualquer ônus adicional ao Hospital das Forças Armadas (HFA), exceto quando decorrentes de solicitação formal e expressa da Administração do HFA.

6.6. Caso o horário de expediente do Órgão seja alterado por determinação legal ou imposição de circunstâncias supervenientes, excepcionalmente, deverá ser promovida adequação nos horários da prestação de serviços para atendimento da nova demanda.

6.7. Os serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra são aqueles em que o modelo de execução contratual exija, dentre outros requisitos, que:

- I - os empregados da contratada fiquem à disposição nas dependências da contratante para a prestação dos serviços;
- II - a contratada não compartilhe os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos; e
- III - a contratada possibilite a fiscalização pela contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados

aos seus contratos.

Parágrafo único. Os serviços de que trata o caput poderão ser prestados fora das dependências do órgão ou entidade, desde que não seja nas dependências da contratada e presentes os requisitos dos incisos II e III. (Art. 17 da IN nº 5, de 25 de maio de 2017).

6.8. A execução dos serviços será iniciada conforme data determinada em contrato.

6.9. As atribuições e os perfis profissionais discriminados estão diretamente relacionados à necessidade dos serviços e a forma da execução pretendida, conforme 4.3, deste artefato.

6.10. Compete à Empresa Contratada:

6.10.1 - Implantar adequadamente o planejamento, a execução e a supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante;

6.10.2 - Alocar, desde o primeiro dia de vigência do contrato, os empregados designados nos respectivos postos, nos horários fixados na escala de serviços elaborada pelo Hospital das Forças Armadas (HFA);

6.10.3 - Manter disponibilidade de efetivo para atender, sempre que houver necessidade, eventuais substituições/reposições, cabendo-lhe, ainda, impedir que a mão-de-obra que cometer falta disciplinar, qualificada como de natureza grave, seja mantida no Hospital das Forças Armadas (HFA);

6.10.4 - Acatar as exigências da fiscalização do Hospital das Forças Armadas (HFA) quanto à execução dos serviços, horários, promovendo a imediata correção das deficiências apontadas pelo Ministério, quanto à execução dos serviços contratados;

6.10.5 - Cumprir a jornada de trabalho estabelecida pelo Ministério, em conformidade com as leis trabalhistas;

6.10.6 - Prestar esclarecimentos ao Hospital das Forças Armadas (HFA), sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da prestação dos serviços contratados;

6.10.7 - Encaminhar mensalmente ao Gestor do Contrato as faturas dos serviços prestados, juntamente com a relação nominal dos empregados e os comprovantes exigidos na Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017, sendo que para o cumprimento desta obrigação, deverão ser entregues as cópias dos comprovantes do mês anterior ao mês de referência da fatura;

6.10.8 - De até 05 (cinco) dias corridos para promover o ressarcimento de danos, avarias e desaparecimentos de bens materiais causados ao Hospital das Forças Armadas (HFA) ou a terceiros, por seus empregados ou prepostos - a preços atualizados, contados a partir da comprovação e ciência de sua responsabilidade;

6.10.9 - Orientar os funcionários para que se comportem sempre de forma cordial, e se apresentem sempre dentro dos padrões de higiene compatíveis com o local de prestação dos serviços;

6.10.10 - Adotar todos os critérios de segurança, tanto para os empregados, quanto para os serviços;

6.10.11 - Providenciar para que todos os seus empregados cumpram as normas internas, especialmente aquelas relativas à segurança do Ministério onde será executado o serviço;

6.10.12 - Promover a imediata substituição de empregados, quando solicitado pelo Ministério ou, em caso de férias, faltas, independentemente do motivo apresentado, no prazo de 02 (duas) horas após a notificação, devidamente uniformizado e portando crachá de identificação;

6.10.13 - A concessão de férias, licenças, folgas e descansos semanais, atribuída aos profissionais alocados nos postos de trabalho, será de inteira responsabilidade da Contratada, devendo ser mantido sempre o quantitativo determinado nestes Estudos Preliminares;

6.10.14 - Emitir relatórios mensais de prestação de serviços, em até 5 (cinco) dias após o encerramento do mês, no qual deverá contemplar todas as ocorrências do período, bem como todas as informações relativas ao quadro de profissionais (faltas, férias, coberturas, licenças, atrasos etc);

6.10.15 - Fornecer à fiscalização do Hospital das Forças Armadas (HFA) relação nominal de licenças, faltas, se houverem, bem como a escala nominal de férias dos empregados e seus respectivos substitutos;

6.10.16 - Não permitir que seus funcionários executem quaisquer outras atividades, estranhas ao escopo do contrato, durante o horário em que estiver prestando serviço;

6.10.17 - Responsabilizar-se pelo transporte de seu pessoal até as dependências do Ministério e vice e versa, por meios próprios ou mediante a concessão de vale transporte;

6.10.18 - Responsabilizar-se pelo fornecimento de vale-refeição ou alimentação aos seus empregados;

6.10.19 - Responsabilizar-se pelo transporte de seu pessoal de sua residência até as dependências do Hospital das Forças Armadas (HFA), e vice versa, por meio próprios em caso de paralisação dos transportes coletivos bem como nas situações onde se faça necessária a execução de serviços em regime extraordinário;

6.10.20 - Pagar, até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencimento, os salários dos empregados utilizados nos serviços contratados, bem como recolher, no prazo legal, os encargos decorrentes da contratação dos mesmos, e encaminhar juntamente com a fatura mensal, os respectivos comprovantes;

6.10.21 - Assumir a responsabilidade por todas as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalhos, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas seus empregados na execução de serviços inerentes ao contrato, ainda que acontecido nas dependências do Hospital das Forças Armadas (HFA);

6.10.22 - Responder por todos os encargos de possível demanda trabalhista civil ou penal, relacionada a execução deste Contrato;

6.10.23 - Respeitar as normas e procedimentos do Hospital das Forças Armadas (HFA), quanto à segurança interna (entrada e saída de pessoal e material), além de respeito às normas de segurança do trabalho;

6.10.24 - Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do Ministério da Defesa, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

6.10.25 - Assumir responsabilidade pelo pagamento dos salários, encargos sociais, fiscais, comerciais trabalhistas e previdenciários, bem como, pelos encargos previstos em vigor, obrigando-se a saldá-los nos casos legais, independentes do pagamento da fatura/nota fiscal por parte do Hospital das Forças Armadas (HFA);

6.10.26 - Submeter, até o 10º dia útil da execução do contrato, para conferência e identificação pela fiscalização do Hospital das Forças Armadas (HFA), a uniformização, as CTPS devidamente preenchidas e assinadas, juntamente com a relação nominal dos empregados

que atuarão na execução dos serviços, mencionando os respectivos endereços e telefones residenciais e celulares, atualizando prontamente quaisquer alterações desses dados. Esta obrigação deve também ser cumprida sempre que houver demissão/admissão /cobertura de novos empregados para prestação dos serviços;

6.10.27 - Autorizar o Hospital das Forças Armadas (HFA) a fazer o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento das obrigações por parte da empresa, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções previstas;

6.10.28 - A empresa deve manter os funcionários devidamente identificados através do uso de crachás e uniformizados de forma condizente com o serviço a executar, fornecendo-lhes uniformes completos e dentro dos padrões de eficiência e higiene, conforme apêndice do Termo de Referência; e

6.10.29 - De até 05 (cinco) dias úteis para comunicar o Hospital das Forças Armadas (HFA), por escrito, quaisquer alterações no Contrato Social da empresa.

6.11. O atraso no pagamento de fatura por parte do Hospital das Forças Armadas (HFA), decorrente de circunstâncias diversas, não exime a empresa de promover o pagamento dos empregados nas datas regulamentares.

6.12. Os empregados da empresa não terão nenhum vínculo com o Hospital das Forças Armadas (HFA), ficando sob a inteira responsabilidade os pagamentos e/ou ônus relativos a taxas, tributos, contribuições sociais, indenização trabalhista, vale transporte, vale refeição e outros encargos previstos em lei, incidentes ou decorrentes do Contrato.

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

6.12.1 De acordo com laudo técnico emitido pela Seção de Engenharia de Segurança do Trabalho deste Hospital das Forças Armadas, os brigadistas receberão adicional de periculosidade, no percentual de 30% (trinta por cento). Caso a licitante vencedora do certame discorde dos percentuais acima, terá um prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da assinatura do contrato, para apresentar Laudo Técnico de Avaliação de Insalubridade e solicitar Termo Aditivo ao Contrato, com base em planilhas calculadas com os novos índices.

Fiscalização Inicial

6.13. No momento em que a prestação de serviços é iniciada, deve ser elaborada planilha-resumo de todo o Contrato administrativo. Ela conterá informações sobre todos os empregados terceirizados que prestam serviços neste Hospital das Forças Armadas (HFA), divididos por Contrato, com os seguintes dados: Nome completo, número de inscrição no CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos, sua especificação e quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências e horas extras trabalhadas, devendo ser observado a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

6.14. A fiscalização das Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS) será realizada de acordo com os critérios da Equipe Gestora. Todas as anotações contidas na CTPS dos empregados devem ser conferidas, a fim de que se possa verificar se as informações nelas inseridas coincidem com as informações fornecidas pela empresa e pelo empregado. Devem ser observadas, com especial atenção, a data de início do Contrato de trabalho, a função exercida, a remuneração (corretamente discriminada em salário-base, adicionais e gratificações), além de demais eventuais alterações dos Contratos de trabalho.

6.15. O número de terceirizados por função deve coincidir com o previsto no Contrato administrativo.

6.16. O salário não pode ser inferior ao previsto no Contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT).

6.17. As fiscalizações técnicas e administrativas estão de acordo com os preceitos informados no anexo VIII da IN SEGES/MP nº 05/2017.

6.18. Designar preposto, aceito pela administração, para representá-la na execução do contrato (art. 118 da Lei nº 14.133/2021). Esse encargo não poderá ser exercido por qualquer empregado vinculado à execução dos serviços, por se tratar de serviço prestado na escala 12X36.

6.19. Todos os funcionários deverão ter conhecimento e acatar os normativos de segurança do Hospital das Forças Armadas (HFA), no que diz respeito, aos locais previstos para acesso às instalações do HFA, horários de recebimento de material e controles de acesso, além do tipo de vestuário que é permitido para acesso ao Hospital das Forças Armadas (HFA).

6.20 O objeto da presente contratação caracteriza-se como **serviço comum**, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos com base em especificações usuais de mercado, com rotinas operacionais padronizadas e critérios de execução mensuráveis, em consonância com o disposto no item 1.2 do Termo de Referência, que classifica os serviços de Brigada de Incêndio e Pânico como comuns.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7. A estimativa das quantidades de profissionais a serem contratados para composição da Brigada de Incêndio do Hospital das Forças Armadas (HFA) foi elaborada com fundamento nas Normas Técnicas nº 002/2016 (Brigada de Incêndio) e nº 007/2011 do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF), que estabelecem os critérios mínimos para dimensionamento de brigadas de incêndio, considerando o grau de risco da edificação e a população fixa.

7.1 O HFA enquadra-se como edificação de risco de incêndio B2, com população fixa estimada entre 2.001 (dois mil e uma) e 3.500 (três mil e quinhentas) pessoas, em razão de suas atividades hospitalares, da elevada circulação de usuários e da complexidade de suas

instalações. Nos termos da legislação vigente, o dimensionamento da brigada deve assegurar quantitativo suficiente para atuação preventiva e resposta imediata a situações de emergência e pânico por incêndio, com cobertura permanente dos turnos diurno e noturno, considerando o funcionamento ininterrupto do Hospital e a adoção da escala de serviço 12x36 horas.

7.2 Ressalta-se que a ausência de Supervisor de Brigada de Incêndio, conforme apontado em notificação de não conformidade emitida pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF), configura risco institucional relevante, uma vez que compromete a adequada coordenação técnica da brigada, a fiscalização das rotinas de prevenção e combate a incêndio, o acompanhamento dos planos de emergência e o atendimento às exigências normativas. Tal não conformidade expõe o HFA a riscos operacionais, legais e administrativos, podendo resultar em sanções administrativas, restrições ao funcionamento da edificação e elevação do risco à vida, ao patrimônio público e à continuidade dos serviços essenciais de saúde.

7.3 Dessa forma, a previsão do posto de Supervisor de Brigada de Incêndio nesta contratação tem por finalidade mitigar o risco institucional identificado, sanar a não conformidade apontada pelo CBMDF e assegurar a plena conformidade com as Normas Técnicas vigentes, garantindo o adequado gerenciamento das equipes de brigadistas e a efetividade das ações de segurança contra incêndio e pânico.

7.4 Os quantitativos estimados representam o mínimo necessário para o atendimento às exigências legais e normativas, podendo ser ajustados no Termo de Referência conforme a área construída, a setorização das edificações, a existência de áreas críticas e eventuais orientações complementares do CBMDF.

Função	Turno Diurno (12h)	Turno Noturno (12h)	Total de Postos
Brigadista de Incêndio / Bombeiro Civil	5	3	16
Chefe de Brigada	1	--	2
Supervisor de Brigada de Incêndio*	1 (6h/dia)	—	1
Total de Postos Operacionais			19

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 3.135.966,48

8.1 O valor máximo anual estimado para presente contratação é de R\$ 3.135.966,48 (três milhões, cento e trinta e cinco mil, novecentos e sessenta e seis reais e quarenta e oito centavos).

8.2 O valor máximo mensal estimado para presente contratação é de R\$ 261.330,54 (duzentos e sessenta e um mil, trezentos e trinta reais e cinquenta e quatro centavos).

8.3 Os valores detalhados estão demonstrados detalhadamente na Planilha de Custos e Formação de Preços constante no processo.

8.4 O preço cotado incluir todas as despesas com mão de obra, auxílio alimentação/refeição, transporte e quaisquer outras vantagens pagas aos colaboradores, prêmio de seguro, taxas, inclusive de administração, emolumentos, despesas operacionais, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, despesas financeiras de qualquer natureza, despesas, diretas e indiretas, lucro, ou seja, todos os custos necessários à perfeita execução do objeto da licitação.

8.4 Tabela - Valores totais estimados:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	QUANTID MENSAL	QUANTID TOTAL ANUAL	UNID FORN	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)

1	Serviços continuados de Brigada de Incêndio e Pânico, com dedicação exclusiva de mão de obra	25550	1	12	Mês	261.330,54	3.135.966,48
---	--	-------	---	----	-----	------------	--------------

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. O modelo adotado para esta contratação se inspirou nos históricos de contratações anteriores do Hospital das Forças Armadas (HFA) e em licitações de diversos órgãos públicos, conforme é apresentado neste artefato. A regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, conforme disposto na alínea b do inciso V do art. 40 e art. 47, §1º, ambos da Lei nº 14.133 /2021, e a modelagem adotada nesta contratação é a mais adequada para o Hospital das Forças Armadas (HFA), além da possibilidade de gerar de economia de escala e ser o resultado a que a Administração pretende alcançar com possível redução dos custos da contratação, a redução de riscos de fornecimento e de eventuais problemas de integração. Dessa forma, optou-se pelo NÃO parcelamento da solução de objeto por ser técnica e economicamente viável para atingimento dos resultados pretendidos.

9.2. O funcionamento do mercado do serviço a ser contratado, de maneira a evidenciar que a decisão da Administração está em consonância às práticas desse setor econômico e busca o melhor aproveitamento do objeto, é ratificado conforme apresentado em contratações recentes com o mesmo objeto da contratação, apresentados neste artefato.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Não há contratações correlatas ou interdependentes relativas ao presente processo licitatório.

10.2. Existe contratação anterior conforme Termo de contrato, originado em 2019 (60550.026232/2019-10) e termos aditivos posteriores.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 A presente contratação está prevista no PNCP conforme dados abaixo:

- ID PCA no PNCP: 03277610000125-0-000001/2026
- Data de publicação no PNCP: 01/04/2025
- Id do item no PCA: 170
- Classe/Grupo: 852 - SERVIÇOS DE INVESTIGAÇÃO E SEGURANÇA
- Identificador da Futura Contratação: 112408-87/2026

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12. A contratação de serviços especializados de Brigada de Incêndio para o Hospital das Forças Armadas (HFA) proporcionará benefícios institucionais, operacionais, legais e assistenciais, essenciais à manutenção da segurança e da continuidade dos serviços de saúde. A presença permanente de brigadistas capacitados assegurará a prevenção de situações de risco, a detecção precoce de princípios de incêndio e a resposta imediata a emergências, reduzindo significativamente a probabilidade de ocorrência de sinistros de grandes proporções.

12.1 Do ponto de vista institucional e regulatório, a contratação permitirá a adequação às Normas Técnicas do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF), especialmente à NT nº 002/2016 e à NT nº 007/2011, bem como ao atendimento das exigências decorrentes de notificação de não conformidade, mitigando riscos de sanções administrativas, restrições ao funcionamento das edificações e impactos negativos à imagem institucional do Hospital.

12.2 Sob o aspecto operacional, a brigada de incêndio contribuirá para a proteção da vida de pacientes, acompanhantes, servidores e visitantes, especialmente em razão da complexidade do ambiente hospitalar, da presença de pessoas com mobilidade reduzida e da utilização de equipamentos e substâncias potencialmente inflamáveis. A atuação preventiva e orientativa da brigada favorecerá a organização dos fluxos de evacuação, o correto uso dos sistemas de segurança e o apoio às equipes assistenciais em situações críticas.

12.3 Adicionalmente, a presença de Supervisor de Brigada de Incêndio garantirá a gestão técnica e operacional das equipes, o acompanhamento dos planos de emergência, a padronização dos procedimentos, a realização de treinamentos e simulados, bem como a interlocução técnica com o CBMDF e com a Administração do HFA, elevando o nível de governança e controle do serviço contratado.

12.4 Por fim, a contratação contribuirá para a continuidade dos serviços essenciais de saúde, a redução de perdas humanas e materiais, o fortalecimento da cultura de segurança institucional e a mitigação de riscos institucionais, assegurando maior previsibilidade, confiabilidade e resiliência operacional ao Hospital das Forças Armadas.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 Será designado um servidor para realizar o curso de Fiscalização de Contratos.

13.2 Caso o servidor designado já possua o referido curso, será verificada a necessidade de atualização dos conhecimentos a fim de que seja realizada uma gestão contratual eficaz.

13.3 Ademais, será optado pela realização do Pagamento pelo Fato Gerador (PFG), que é justificada pela Eficiência e Racionalização da Gestão Contratual. O PFG elimina a burocracia da Conta-Depósito Vinculada, permitindo que a Administração foque na fiscalização da execução e otimize o fluxo de caixa, pois o desembolso só ocorre após a comprovação do fato gerador (pagamento ao empregado).

13.4 Além disso, a segurança é mantida, pois o pagamento de faturas está diretamente condicionado à prova de quitação de todas as obrigações trabalhistas, com previsão de retenção imediata e acionamento da Garantia Contratual em caso de falha.

13.5. Espera-se que o preposto seja qualificado para desempenhar as seguintes tarefas:

13.5.1 - Comandar, coordenar e controlar a execução dos serviços contratados;

13.5.2 - Acompanhar os trabalhos realizados pelos empregados da Contratada;

13.5.3 - Promover o controle da assiduidade e pontualidade dos empregados da Contratada;

13.5.4 - Cumprir e fazer cumprir, por parte dos empregados da Contratada, todas as determinações, instruções e orientações emanadas das autoridades do Instituto, salvo se manifestamente ilegais ou não previstas em contrato;

13.5.5 - Elaborar, acompanhar e controlar escalas de férias, evitando situações de prejuízo aos serviços contratados;

13.5.6 - Reportar-se ao responsável pela fiscalização do contrato para dirimir quaisquer dúvidas a respeito da execução dos serviços;

13.5.7 - Relatar ao responsável pela fiscalização do contrato, pronta e imediatamente, toda e qualquer irregularidade observada;

13.5.8 - Realizar, além das atividades e tarefas que lhe forem atribuídas, quaisquer outras que julgar necessárias, pertinentes ou inerentes à boa prestação dos serviços contratados;

13.5.9 - Encaminhar ao responsável pela fiscalização do contrato todas as Notas Fiscais/Faturas dos serviços prestados;

13.5.10 - Esclarecer quaisquer questões relacionadas às Notas Fiscais/Faturas dos serviços prestados, sempre que solicitado; e

13.5.11 - Administrar todo e qualquer assunto relativo aos empregados da Contratada respondendo, perante o Instituto, por todos os atos e fatos gerados ou provocados por eles.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de Empresa especializada para prestação de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para executarem atividades de prevenção a combate a incêndio nas instalações do Hospital das Forças Armadas, assim, a contratada será instruída sobre a importância das políticas de sustentabilidade, conforme o Guia Nacional de contratações Sustentáveis elaborado pela Advocacia-Geral da União, em consonância com a política pública de contratações sustentáveis.

14.2. A inserção da sustentabilidade em serviços contratados pela Administração Pública, tem como possibilidades:

14.2.1- As obrigações da contratada devem estar relacionadas ao objeto contratual e podem decorrer da inserção de normas ambientais, sociais ou de acessibilidade, bem como de outras obrigações estabelecidas, motivadamente, pela Administração, para a consecução do serviço;

14.2.2 - Especificação técnica do objeto (na descrição do serviço em si); e

14.2.3 - Requisitos de habilitação jurídica, tal hipótese encontra-se no art. 66 da Lei nº 14.133, de 2021

14.3. A contratada deverá observar as exigências legais de sustentabilidade ambiental na execução do serviço, observando especialmente o seguinte:

14.3.1 - Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;

14.3.2 - Controle e separação de resíduos para reciclagem; e

14.3.3 - Treinamento/capacitação periódica dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdício/poluição.

14.4. Em relação às condições de trabalho da mão de obra da Contratada, devem ser atendidas as normas regulamentadoras expedidas

pela Secretaria de Trabalho, do Ministério da Economia, quanto à Segurança e Medicina do Trabalho.

14.5. A contratada deverá observar a legislação trabalhista relativa à jornada de trabalho, às normas coletivas da categoria profissional e as normas internas de segurança e saúde do trabalho.

14.6. É obrigação da contratada treinar e capacitar periodicamente seus empregados no atendimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, bem como prevenção de incêndio, práticas de redução do consumo de água, energia e redução da geração de resíduos, para implementação das lições aprendidas durante a prestação dos serviços.

14.7. Adoção de boas práticas de otimização da utilização dos recursos e de redução de desperdícios, tais como: treinamento /capacitação periódico dos empregados sobre boas práticas voltadas ao consumo consciente; redução de desperdício dos recursos naturais; necessidade de descartar os resíduos sólidos nas lixeiras apropriadas de forma a subsidiar a coleta coletiva; contratar preferencialmente, mão de obra de origem local; adquirir preferencialmente, café e açúcar de origem local.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A presente contratação mostra-se tecnicamente viável e necessária, tendo em vista que o objeto consiste na prestação de serviços continuados de Brigada de Incêndio e Pânico, com dedicação exclusiva de mão de obra, essenciais à garantia da segurança da vida, do patrimônio público e da continuidade das atividades assistenciais em ambiente hospitalar de alta criticidade. A solução proposta encontra-se devidamente fundamentada em análise técnica realizada no Estudo Técnico Preliminar, que contemplou o levantamento da demanda, a avaliação de alternativas disponíveis no mercado, a definição do modelo de execução e o adequado dimensionamento dos quantitativos, em conformidade com as normas do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e demais legislações aplicáveis. Verificou-se que a contratação de empresa especializada é a alternativa mais eficiente e segura, uma vez que assegura a disponibilidade contínua de profissionais qualificados, a cobertura ininterrupta dos postos operacionais e a gestão adequada das obrigações trabalhistas, previdenciárias e de segurança do trabalho. Ademais, a solução adotada demonstra viabilidade econômica, com custos compatíveis com os praticados no mercado, e viabilidade operacional, por permitir adequada fiscalização, previsibilidade orçamentária e mitigação de riscos de descontinuidade dos serviços. Assim, conclui-se que a contratação atende aos princípios da eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e interesse público, estando apta ao prosseguimento nas demais fases do processo licitatório, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

PHELYPE BORGES FARIAS AMORIM

Membro da comissão de contratação




Assinou eletronicamente em 06/04/2026 às 10:55:46.

GILVANCARLO LIMA DE CASTRO

Membro da comissão de contratação


ALEXANDRE JOSE OLIVEIRA DE OMENA

Membro da comissão de contratação

Documento assinado digitalmente
 **ALEXANDRE JOSE OLIVEIRA DE OMENA**
Data: 07/04/2026 19:55:17-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

LUDMILA DA COSTA VASCONCELOS

Membro da comissão de contratação

Documento assinado digitalmente
 **GILVANCARLO LIMA DE CASTRO**
Data: 07/04/2026 10:14:50-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>